

**RELATÓRIO E CONTAS**

DA

**COMPANHIA ELÉCTRICA**

DO

**ALENTEJO E ALGARVE**

**CEAL**

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

**EMPRESA NACIONALIZADA**

**Exercício de 1975**

SEDE

RUA DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, N.º 23-A, 5.º, 6.º e 7.º andares  
LISBOA







**RELATÓRIO E CONTAS**

DA

**COMPANHIA ELÉCTRICA**

DO

**ALENTEJO E ALGARVE**

**CEAL**

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

**EMPRESA NACIONALIZADA**

**Exercício de 1975**



# EXERCÍCIO DE 1975



**RELATÓRIO**

**D A**

**Comissão Administrativa**



Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia

Em cumprimento da lei e dos estatutos, vem apresentar-se o relatório da actividade da Empresa no ano de 1975 e submeter-se a aprovação o balanço e as contas do respectivo exercício.

### Nacionalização da Empresa

Pelo Decreto-lei 205-G/75 foi declarada nacionalizada, a partir de 15 de Abril de 1975, a Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve - CEAL, conjuntamente com as outras Empresas, de economia privada ou mista, concessionárias da produção, transporte e grande distribuição de energia eléctrica.

Por um lado, diz-se no preâmbulo do diploma — os elevadíssimos investimentos inerentes ao sector, representando proporção crescente dos recursos globalmente disponíveis, justificam o atento controlo pelo Estado da forma da sua aplicação, com o objectivo de assegurar a máxima reprodutividade e tendo em conta os reflexos em outros sectores da economia nacional. Por outro lado, a aconselhada reestruturação do sector — eliminando a pulverização das entidades actuautes na pequena distribuição e os artificialismos que implicaria, numa situação poliempresarial, qualquer tentativa de uniformização tarifária e qualidade de serviço, em todas as regiões do País — será grandemente facilitada com a criação de uma Empresa Pública única, como o Decreto-lei aponta.

Para isso se criou — simultâneamente com a nacionalização — uma Comissão de Reestruturação do sector, com o mandato de proceder, no prazo de 90 dias, aos estudos indispensáveis para a elaboração dos Estatutos da nova Empresa, sua orgânica e estatuto unificado dos trabalhadores, bem como à análise dos demais problemas técnicos, económicos e financeiros decorrentes da fusão e suas implicações nos serviços de distribuição de energia das Autarquias locais.

Concomitantemente, foram nomeadas Comissões Administrativas para a gestão das Empresas, enquanto não fosse uma realidade a nova entidade económico-jurídica.

A complexidade da tarefa obrigou, no entanto, a prolongamentos do mandato inicial, não estando ainda criada *de jure* a nova Empresa.

Estas prorrogações de mandato têm provocado algumas dificuldades de gestão às Comissões Administrativas nomeadas, para além das limitações que lhes foram impostas no próprio Decreto-lei 205-G/75 e das particulares mutações conjunturais que o País sofreu ao longo de 1975. Não será ocioso sublinhar a delicadeza de situações transitórias que acabam por assumir um carácter de apreciável permanência, nomeadamente com uma indefinição de metas ou horizontes visados.

Procurou por isso esta Comissão Administrativa uma solução de compromisso, que salvaguardasse o espírito empresarial da CEAL e o entusiasmo dos seus colaboradores, mas que não prejudicasse os ditames do serviço público que a electricidade deve ser, num diálogo em que não são ainda possíveis — na sociedade de transição que atravessamos — os métodos mais eficazes para conseguir os objectivos procurados.

### Novas Obras de Grande e Pequena Distribuição

Ainda que a nova Empresa Pública não esteja estatuída, o procedimento da Comissão Administrativa da CEAL não pôde deixar de nortear-se pelos princípios que conduziram ao acto da nacionalização, visando essencialmente os interesses globais da economia do País.

Por isso o investimento realizado no ano de 1975 foi (a preços correntes) o segundo mais alto de sempre, 45.857 contos, decorrente de um ambicioso programa de novas obras que apontaram aos objectivos várias vezes sublinhados pelos responsáveis da economia nacional: o prosseguimento de uma política de electrificação acelerada e o correlativo assegurar de postos de trabalho nas entidades fornecedoras em serviços e equipamentos.

Essas obras faziam parte de um Plano — estabelecido em 1974 — que foi convenientemente revisto e adaptado à nova conjuntura de consumos e que se continuará, em ritmo compatível com a capacidade de realização técnica da Empresa, no corrente ano.

Dos empreendimentos realizados ou em curso de realização destacamos os trabalhos de ampliação de algumas subestações: assim, na Subestação de Loulé entraram em exploração novos painéis de 60 kV e o segundo barramento geral a 60 kV; na Subestação de Porto de Lagos elevou-se a sua potência para 40 MVA com dois novos transformadores de 60/30/15 kV, tendo além disso ficado concluída no início do ano corrente a montagem de nova saída a 15 kV (Portimão 3); em Moura aprontou-se a conversão do posto de corte de

30 kV ali existente em subestação 60/30 kV, com dois transformadores de 10 MVA e correspondentes painéis, e procedeu-se à montagem de um sistema de telecomando e telemedida a partir de Beja; na Subestação de Tavira instalou-se um auto-transformador de 6 MVA no andar de 30 kV; na Subestação de Portelas iniciou-se a instalação de uma segunda saída a 15 kV para os Serviços Municipalizados de Lagos, que deverá estar concluída no corrente ano.

Procedeu-se também ao projecto e licenciamento para ampliação das potências instaladas nas Subestações de Cuba e Bugalheira e para a construção das futuras Subestações de Mourão e Mértola (ambas 30/15 kV, 1000 kVA).

Iniciou-se a montagem dos sistemas telefónicos por alta-frequência entre as Subestações de Tunes e Loulé e de Loulé e Beja.

A rede de linhas de alta tensão em serviço foi aumentada de 60 quilómetros, repartidos pelos 15 e 30 kV, tendo a rede em serviço atingido, no termo do ano, a extensão de 1759 quilómetros. Além disso, encontravam-se quase concluídos os trabalhos de montagem de uma linha de 60 kV, para 50 MW e com cerca de 24 quilómetros, entre as Subestações de Tunes (CPE) e a de Loulé, bem como um ramal com 3,6 quilómetros, derivado desta linha, para uma segunda alimentação da Subestação da Empresa de Cimentos do Sul (CISUL). Estão também em curso as montagens de várias linhas e ramais de alta tensão e projectadas outras para cuja montagem se aguardam as correspondentes participações.

Para alimentar as redes de Rosário, Gomes Aires e Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar, concluiu-se a construção de uma linha a 15 kV e em vias de conclusão encontram-se também as linhas para Marmeleite, no concelho de Monchique (a 15 kV) e para Santana de Cambas, no concelho de Mértola (a 30 kV).

Além de vários ramais para ligação de novas electrificações rurais e estações elevatórias de águas e de tratamento de esgotos, pedidos por Câmaras Municipais, a CEAL projectou e orçamentou, em 1975, as linhas para Aldeia de Fernandes, Corte Zorrinho e A de Neves, no concelho de Almodôvar, Alcaria Ruiva, S. João dos Caldeireiros e S. Sebastião dos Carros, no concelho de Mértola, Fataca e Malavados no concelho de Odemira, Torneiro e Corte de Seda, no concelho de Alcoutim, Sentinela e Almada d'Ouro, no concelho de Castro Marim e Torrinha no concelho de Lagoa.

Quanto à distribuição em baixa tensão ficaram concluídas as obras de novas electrificações de Almogrove e Longueira, no concelho de Odemira, Pateiro e Calvário, no concelho de Lagoa, S. Bartolomeu do Sul, no concelho de Castro Marim, e Hortas de D. Teresa, no concelho de Vidigueira.

Foram também já adjudicadas e estão em curso de construção as redes de Carrapateira, Bordeira e de Alfombras, no concelho de Aljezur, Pereiro e Giões, no concelho de Alcoutim, Barrocal, no concelho de Castro Marim, Alqueva, no concelho de Portel, Baiona, S. Miguel, Boavista dos Pinheiros, Brejão e Portelas, no concelho de Odemira.

Irão realizar-se, no decurso de 1976, as electrificações de Martim Longo e Vaqueiros, no concelho de Alcoutim, S. Bartolomeu do Outeiro, no concelho de Portel, Junqueira e Rio Seco, no concelho de Castro Marim e Benagil, no concelho de Lagoa, obras para as quais foram já concedidas as participações do Estado.

Elaboraram-se ainda os projectos e orçamentos para participação do Estado ou outras Entidades, respeitantes às electrificações de Pinheirinhos e Gazeia, no concelho de Viana do Alentejo e Algoceira no concelho de Odemira.

Para reforço da alimentação às redes de Lagoa e Odemira, instalaram-se e entraram em serviço dois novos postos de transformação.

No ano findo, iniciaram-se ainda os trabalhos para o aumento de potência em vários postos de transformação (três em Beja, um em Cuba, um em Viana do Alentejo e outro anexo à Subestação de Odemira), bem como para a montagem de novos (mais dois em Beja, um em Cuba, dois em Ferreira do Alentejo e outro em Moura), que deverão vir a ser concluídos no decurso de 1976.

Todos estes trabalhos, acima enumerados, visam acelerar a electrificação do País, estendendo a rede a novas povoações e satisfazendo novos clientes, e assegurar o crescimento previsto do trânsito de energia até aos locais consumidores com adequadas condições de qualidade de serviço, dotando a zona de concessão da CEAL da indispensável infra-estrutura básica que é hoje a usufruição da electricidade.

## Meios Financeiros

As realizações atrás sumariamente enumeradas careceram (e carecem) de um financiamento que excede os meios gerados na Empresa, agravados que se encontram os preços de materiais e mão-de-obra, insuficientes que se revelam as participações concedidas pelo Estado para as novas electrificações, desajustada que se mostra a margem entre a tarifa de compra e a de venda de energia, dentro das características próprias da zona em que a CEAL é concessionária.

Afastada com a nacionalização a hipótese de aumento a curto prazo de 30.000 contos do capital social da Empresa — que a anterior Administração tinha em preparação — e julgando-se não só dever

manter o cumprimento do programa de investimentos previstos, como até ampliá-lo, houve que reentabular conversações com o Banco de Fomento Nacional, no sentido da concretização de um empréstimo a longo prazo, indispensável à realização daquele programa. A anterior Administração apresentara já, no início de 1975, um pedido de 50.000 contos a utilizar em dois anos. O novo pedido, reformulado pela Comissão Administrativa, modificou o empréstimo num crédito até 40.000 contos, a utilizar num só ano. Justificou-se tal atitude pela inviabilidade da parcela de aumento de capital acima referida e por parecer menos razoável, em face do desconhecimento da estrutura financeira da futura Empresa em que a CEAL se vai inserir, estabelecer compromentimentos a mais longo prazo.

O empréstimo, depois de autorizado pelo Ministério da Indústria e Tecnologia, veio a ser concedido em 17 de Novembro de 1975 para aplicação aos investimentos constantes do programa de projectos apresentado, com realização a partir de 1 de Janeiro de 1975. O reembolso dos 40.000 contos deverá ser feito em 6 anos a contar do termo do empréstimo e à taxa de juro, ajustável, de 12 %. Uma tão alta taxa de juro, em obras que vão integrar as infraestruturas de desenvolvimento do País, bem como o desajuste entre o prazo de amortização do empréstimo e a vida técnica dos empreendimentos, realça claramente a necessidade de uma revisão profunda dos meios e formas de financiamento das Empresas do sector, em paralelo, aliás, com a anunciada actualização tarifária.

Sendo a Banca, hoje, também sector nacionalizado, será necessário desenvolver uma metodologia que optimise a afectação dos recursos financeiros pelos vários sectores, em função das suas finalidades sociais e económicas, o que implicará naturalmente uma definição de novos critérios de rendabilidade — em sentido lato do termo — sob a forma de coeficientes benefício-custo ou de taxas de actualização.

Na ausência desses critérios, preocupou-se a Comissão Administrativa em assegurar uma tanto quanto possível correcta seriação das prioridades de investimento, tendo no decurso de 1975 utilizado apenas 5181 contos do citado empréstimo.

Relembramos porém que, sendo a zona da concessão da CEAL das que mais tardiamente começaram a beneficiar da electrificação e obrigando a alteração de estruturas sociais que apontam os planos de desenvolvimento económico a uma actuação rápida para a criação das indispensáveis infraestruturas, os investimentos programados para 1976 necessitarão de um novo financiamento que se poderá estimar em cerca de 25.000 contos, como consta das previsões já apresentadas ao Ministério da Indústria e Tecnologia.

## Tesouraria

A acentuada subida do investimento realizado, os importantes aumentos dos encargos gerais de exploração, com especial relevo para remunerações, e a muito agravada dificuldade de cobrança junto dos clientes consumidores, obrigaram a uma particular atenção à evolução anual do orçamento previsional de Tesouraria.

O aprovisionamento da Tesouraria pôde, no entanto, ser feito tempestivamente por forma a satisfazer com regularidade os avultados pagamentos que sobre ela pesaram. Terá contudo de se assinalar que o financiamento repousou basicamente na mobilização integral dos meios gerados pela actividade de exploração e em modalidades de «curto prazo» — com recurso ao aceite de letras — obviamente inadequadas ao investimento e a imporem a conveniente conversão a longo prazo. Nesse sentido se veio a celebrar o já referido empréstimo com o Banco de Fomento Nacional. Em qualquer caso, a gravosa taxa de juro e a continuada situação de dificuldades de cobrança junto de clientes, apontam à necessidade de repensar a origem mais conveniente dos meios financeiros necessários (empréstimos especiais de longo prazo, acréscimo de receitas na venda de energia ou outros).

## Dívidas de Clientes

Uma preocupante situação se vem deparando às Empresas eléctricas nacionalizadas, em consequência do rápido aumento das dívidas de clientes. A importância relativa que, nesta matéria, vem assumindo a posição das Autarquias e a natural diferenciação que para tais clientes resulta do seu carácter público, levaram a exposições, em conjunto com as outras Empresas do sector, ao Ministério da Indústria e Tecnologia e ao Ministério da Administração Interna.

Tal situação determinou durante o ano de 1975 difíceis situações de tesouraria — não só pelo atraso como pela irregularidade dos pagamentos — originando por sua vez o recurso exagerado ao crédito de curto prazo para satisfação de compromissos assumidos junto de fornecedores.

Aponte-se que a situação em dívida ao sector, no final de 1975, orçava quase 1,5 milhão de contos, sendo a dívida de Autarquias praticamente metade daquele total. No caso particular da CEAL, o montante dos saldos devedores de Clientes atingiu cerca de 70.000 contos, dos quais 29.000 contos respeitam a dívidas de Autarquias.

A última exposição apresentada ao Governo proporcionou já a atribuição de verbas orçamentais suplementares às Autarquias, o que veio minorar a situação de dívida.

Por outro lado, deve sublinhar-se o facto de uma parcela crescente dos pagamentos de energia de clientes ter passado a ser feita através do aceite de letras que atingem no sector mais de 250 mil contos, o que leva a recear pela sua total efectividade em termos de liquidação. No caso da CEAL, o montante daqueles aceites somava já 21.128 contos, no termo do exercício, dos quais se encontravam por descontar 4819 contos.

Acresce ainda o caso dos clientes industriais e outros, com dívidas prolongadas de energia e atingindo já apreciável montante, de quem não se tem conseguido sequer a titulação dos seus débitos, mas perante os quais se põe a delicadeza de um eventual corte de fornecimento de electricidade, ao abrigo da legislação em vigor, atendendo ao desemprego que isso poderia causar e às repercussões para a economia nacional.

## Exploração

A extensão da zona de concessão da CEAL — cerca de 1/5 da área continental do País — conjugada com as suas características de fraca densidade populacional, determinam uma dispersão nas instalações que cria problemas específicos a um serviço eficaz de distribuição de electricidade. Por isso se impõe — e estamos cientes que a fusão das Empresas permitirá caminhar acelerado nesse sentido — uma apreciação quantificada da qualidade de serviço prestado, com índices económicos e técnicos que permitam justificar a necessidade de maiores dotações em pessoal, que hoje se pressente, mas que a ausência de quantificação vai permitindo protelar, na austeridade da conjuntura que atravessamos.

A reorganização em curso da nova Empresa deverá naturalmente favorecer uma descentralização dos diversos serviços operacionais, limitada porém à necessidade de cumprimento de uma política uniforme em toda ela, e sobretudo condicionada pelas economias de escala que se podem conseguir com certas concentrações.

A exploração das redes da CEAL decorreu durante o ano de 1975 sem incidentes a assinalar.

O volume de energia admitido nas redes foi de 255,688 GWh e o distribuído ao abrigo da concessão do Estado totalizou 241,984 GWh.

Parte desta energia transitou para as concessões municipais e, tendo em conta as perdas verificadas nas respectivas distribuições, encontra-se um montante de 239,319 GWh entregue aos consumidores.

Estes números reflectem a pequena taxa de acréscimo que os consumos do País acusaram no ano de 1975. A quebra de investimento em âmbito nacional, a partir de meados de 1974, e a crise económica da presente mutação estrutural, são causas directas do pequeno incremento dos consumos de energia eléctrica. Na zona da CEAL e em relação ao ano transacto, o acréscimo superou escassamente os 2 %. Uma análise à evolução dos consumos acumulados de 12 meses, mostra como de uma tendência incremental superior a 20 %, que os últimos anos tinham acusado, se passou gradualmente para uma tendência que atingiu em Dezembro findo os 2 %, se bem que os primeiros meses do corrente ano deixem de novo entrever uma promissora recuperação. Será no entanto de atender que naquela taxa de 20 % avultava o comportamento de duas importantes indústrias: a entrada em laboração da Empresa de Cimentos do Sul (CISUL), em Agosto de 1973, e a ampliação fabril e consumidora de electricidade das Celuloses do Guadiana, nos fins de 1973. Porque, para os restantes consumos das concessões municipais a taxa de acréscimo no decurso de 1974 situava-se em cerca de 9 %.

É de salientar, no entanto, que o acréscimo da ponta anual (de aquisição à CPE) atingiu 13,4 %, em relação à do ano de 1974, enquanto que o mesmo acréscimo no ano transacto fora apenas de 11,4 %. Isto é, um aumento apreciável da potência pedida à Rede não foi acompanhado este ano do equivalente aumento de consumos, o que, a continuar-se, se traduzirá num agravamento de encargos de investimento, sem conveniente contrapartida na receita da energia consumida.

Em qualquer caso, o ano de 1975 constituiu um compasso de espera na actividade industrial do País, o que se reflectiu no incremento dos consumos, nomeadamente no sub-sector industrial.

Confiamos que a retoma normal de actividades industriais e agrícolas volte a impulsionar os consumos de electricidade e de sobremaneira na zona da CEAL — onde a capitação é ainda das mais baixas do País — com os anunciados projectos da Irrigação do Alentejo e do Complexo Industrial de Sines, bem como com o desenvolvimento da faixa algarvia.

## Vendas de Energia e Tarifas

As vendas globais de energia totalizaram 197.946 contos, traduzindo um acréscimo percentual de cerca de 16 %, em relação ao ano anterior. Este acréscimo, apreciavelmente superior à taxa de aumento da energia consumida, deve-se à subida, autorizada a partir de Março

de 1975, nas tarifas de venda (em alta tensão, aumento de \$07,7/kWh aos distribuidores e \$08/kWh aos clientes industriais e agrícolas; em baixa tensão, aumento médio de cerca de \$10/kWh).

Paralelamente, registou-se um acréscimo de 21 % no custo da energia comprada, que atingiu em 1975 os 126.687 contos. Esse acréscimo foi provocado por dois escalões de aumento (ambos de \$03,5/kWh) na tarifa de compra à CPE, o primeiro com efeito a partir de 22 de Outubro de 1974 e o segundo desde 1 de Março de 1975.

Ainda que, desta forma, tenha resultado um acréscimo de margem para a CEAL, esse acréscimo mostrou-se insuficiente para contrabalançar os aumentos de custo de capital, equipamentos e remunerações; urge assim promover aumentos substanciais da receita, com vista a corrigir a situação económico-financeira do sector cuja exploração tem estado cometida à CEAL. É assunto prioritário, a analisar aliás em óptica nova, na futura situação de Empresas fusionadas numa única Entidade Pública, abolidas as visões parcelares de fronteiras entre produção, transporte e distribuição, para considerar o todo integrado que é o sector eléctrico.

## **Problemas de Organização e de Trabalho**

Não julgou a Comissão Administrativa ser vantajoso promover modificações significativas da orgânica da Empresa, na situação de transição em que esta se encontra, antes de se conhecer concretamente o modelo macro-estrutural da nova Empresa Pública. Procurou-se apenas corrigir uma ou outra situação inconveniente e diminuir, o mais possível, a rigidez de estruturas hierárquicas existentes, indispensável para a participação de todos os trabalhadores na vida da Empresa.

Neste particular a sua actuação articulou-se necessariamente com o labor das três Comissões de Trabalhadores (regionais) existentes. Ainda que naturalmente polarizadas para a evidenciação de situações laborais ou de remunerações sentidas como menos justas, às Comissões de Trabalhadores foi dada oportunidade de colaborar com a Comissão Administrativa em variados aspectos da vida da Empresa.

Destaque-se, pela forma exemplar como decorreu, a resolução dos casos de anomalias salariais — ainda existentes ao tempo em que a Comissão Administrativa foi nomeada para as suas funções — em que esses casos foram previamente seleccionados por consenso em plenários de trabalhadores e posteriormente aí reanalisados e finalmente aprovadas as propostas de solução apresentadas pela Comissão Administrativa. Pode assim dizer-se que a proposta final, que se sujeitou à aprovação ministerial por força das limitações de gestão

dispostas no Decreto-lei n.º 205-G/75, tinha o consenso de todos os que trabalham na CEAL.

Um elemento de perturbação importante ainda subsiste: a desigualdade salarial que demarca as várias Empresas nacionalizadas do sector, quer no respeitante a níveis de remuneração e a remunerações diferentes para as mesmas funções, quer no respeitante a diferenciação noutras regalias. Nesse aspecto seja-nos permitido reiterar — tal como o fizemos aquando do Despacho do Senhor Ministro da Indústria e Tecnologia de 15 de Outubro de 1975 — a nossa discordância quanto à forma como foi consubstanciada a primeira fase de «uniformização salarial inter-empresas». Sem negar a evidente justiça social que representaram os acréscimos de salários nas Empresas com níveis mais baixos de remuneração, continuamos a julgar passível de consequências nefastas — quando vier a ser efectivada a verdadeira fusão das actividades — o ter-se voluntariamente mantido diferenciações de tratamento salarial, para as mesmas funções, nas várias Empresas do sector. Tememos, efectivamente, que a abolição progressiva das situações de diferenciação que continuaram a existir nas diversas Empresas, só possa ser conseguida, futuramente, através de um empolamento nos vencimentos do sector eléctrico, desproporcionado com os dos outros sectores menos favorecidos do País, o que parece contradizer a política global de salários definida pelo Governo.

Não tendo sido elaborada, prioritariamente, uma tabela de vencimentos, por grupos profissionais, cada um abrangendo uma ou mais situações funcionais (por muito delicada e difícil que tal tarefa fosse, nomeadamente pelas inevitáveis conotações com o Manual de Qualificação) e em seguida definido o modo como se faria a transição escalonada no tempo — se o equilíbrio económico-financeiro do sector impedisse que tal pudesse fazer-se de imediato — vão manter-se, no seguimento do processo adoptado, situações de instabilidade e reivindicação difíceis de atender e que poderão criar tensões laborais e divisionismos nefastos, não só no âmbito da futura Empresa unificada como dentro do sector e até mesmo extensíveis a todo o campo laboral.

Apesar deste nosso ponto de vista não ter merecido aprovação, congratulamo-nos por ter tido, na sua defesa, o apoio dos trabalhadores da CEAL.

## Balanço

Agrupando por forma conveniente as rubricas do balanço é possível evidenciar algumas características da evolução financeira da Empresa nos últimos três anos:

Valores em contos

Valores em %

	1975	1974	1973	1975	1974	1973
ACTIVO CIRCULANTE .....	129.198	83.523	72.959	48,42	38,60	35,72
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	18.738	18.738	18.762	7,02	8,66	9,19
FIXO LÍQUIDO .....	118.720	114.095	112.517	44,49	52,74	55,09
RESULTADOS .....	187	—	—	0,07	—	—
	266.843	216.356	204.238	100,00	100,00	100,00
PASSIVO A CURTO PRAZO .....	112.581	53.257	37.633	42,19	24,62	18,43
CAPITAIS PERMANENTES .....	154.262	153.975	155.388	57,81	71,17	76,08
<i>(PRÓPRIOS)</i> .....	<i>(104.335)</i>	<i>(103.035)</i>	<i>(98.535)</i>	<i>(39,10)</i>	<i>(47,62)</i>	<i>(48,25)</i>
<i>(ALHEIOS)</i> .....	<i>(49.927)</i>	<i>(50.940)</i>	<i>(56.853)</i>	<i>(18,71)</i>	<i>(23,55)</i>	<i>(27,83)</i>
RESULTADOS .....	—	9.124	11.217	—	4,21	5,49
	266.843	216.356	204.238	100,00	100,00	100,00

ACTIVO CIRCULANTE = Disponível (Caixa + Bancos) + Realizável (Clientes + Saldos devedores de Devedores e Credores Diversos + Letras a Receber — Provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa) + Permutável (Contas Transitórias + Material em Armazém + Material a Receber — Provisão para Obsolescência de Material em Armazém).

FIXO LÍQUIDO = Fixo + Obras em Curso — Passivo de Compensação (Reintegrações Gerais + Participações + Quotas de Reversão).

PASSIVO A CURTO PRAZO = Exigível Imediatamente e a Curto Prazo + Provisão para Impostos a Liquidar.

CAPITAIS PERMANENTES

    PRÓPRIOS = Capital + Reserva Legal + Reserva Livre + Provisões Diversas.

CAPITAIS PERMANENTES

    ALHEIOS = Exigível a Médio e a Longo Prazo.

A solidez financeira da Empresa é patente. Assim é notória a alta percentagem de capitais próprios em relação aos capitais alheios, indicando que a política seguida pela Empresa, no passado, procurou criar um importante património de reserva, através de um auto-financiamento apreciável.

Por outro lado, o Activo Circulante cobre largamente o Passivo Exigível a curto prazo, o que demonstra uma apreciável situação contabilística de liquidez.

Sublinhe-se também que os Capitais Permanentes continuam a exceder o Fixo Líquido, se bem que este esteja contabilizado a custos iniciais, sem reavaliação.

No exercício de 1975 a situação deteriorou-se algo, porque a preocupação de incrementar o investimento — tendo em vista prioritariamente a missão de serviço público cometido à Empresa e a contribuição para o nível de emprego das indústrias fornecedoras — teve de se confrontar com uma diminuição acentuada de pré-financiamentos <sup>1</sup> e com uma dificuldade crescente, e que pode vir a tomar graves proporções, nos pagamentos de clientes, em particular de Autarquias <sup>2</sup>. É este facto que fundamentalmente originou a subida do Activo Circulante. Seria então natural ter-se procurado um aumento substancial de capitais alheios de longo prazo, o que porém não sucedeu (apesar do empréstimo já firmado com o Banco de Fomento) porque — e aqui se sublinha uma vez mais o desajuste das condições de empréstimos, a longo prazo, da Banca ao sector eléctrico — resulta ainda menos onerosa a utilização do crédito a curto prazo.

Daí o aumento muito importante do Passivo Exigível a Curto Prazo onde avultam as Letras a Pagar, correspondentes a fornecimentos de energia por parte da CPE: o acréscimo desta rubrica contribui em cerca de 90 % para o acréscimo do Passivo a Curto Prazo.

Em consequência de tudo isto acentuou-se a participação do Capital Circulante no financiamento do investimento.

A soma das rubricas Clientes, Devedores e Credores (Saldo; Devedores) e Letras a Receber evoluíram desde 31.864 contos, em 1973, até 41.357 em 1974, para atingirem, em 1975, 88.043 contos. Como atrás referimos, este é um dos problemas mais preocupantes da gestão quotidiana, obrigando a uma atenção redobrada no orçamento de Tesouraria. Sublinhe-se porém que a realização da verba em dívida de Clientes somada à Disponível, praticamente equilibraria as exigências da Empresa a curto prazo.

---

<sup>1</sup> Os fornecedores passaram a exigir de modo corrente o pagamento adiantado, no acto da adjudicação, de 30 % do valor da obra.

<sup>2</sup> O que poderá vir a afectar a situação de liquidez antes referida.

O prosseguimento da actividade investidora da CEAL fez subir de 30.487 contos as imobilizações das instalações e aparelhagem em exploração e de 15.371 as obras em curso, atingindo-se assim, no termo de 1975, um imobilizado bruto de 369.727 contos, sendo de 323.870 contos o do ano transacto.

As Reintegrações, contabilizadas segundo critérios legais e idênticos aos dos anos anteriores, atingiam no final do ano 166.753 contos, o que representa mais de 50 % do Activo Fixo. Naquela verba estão incluídas as participações afectas à Grande Distribuição; por outro lado nela não se incluem 71.971 contos contabilizados em Participações respeitantes ao investimento na Pequena Distribuição e 12.284 contos de Quotas de Reversão.

Apesar da utilização de parte do empréstimo concedido, em Novembro, pelo Banco de Fomento Nacional, o Exigível a médio e longo prazo continuou a sofrer ligeira diminuição por força das amortizações financeiras efectuadas. Este valor tenderá porém forçosamente a aumentar, com a maior utilização do empréstimo já concedido pelo Banco de Fomento Nacional e com a previsível necessidade de se vir a recorrer a novos empréstimos, pelo menos enquanto não se der a fusão financeira das Empresas e enquanto não for criada outra forma de financiamento através da tarifa ou por qualquer outra via que vier a ser julgada conveniente.

Aponte-se ainda que não se procedeu a qualquer alteração na rubrica Participações Financeiras, até pelo desconhecimento da política a seguir pelo Governo na avaliação patrimonial das Empresas nacionalizadas.

## Conta de Exploração e Resultados do Exercício

A conta de Exploração acusa um aumento de receita de 28.533 contos, ou seja cerca de 16 %, essencialmente devido ao acréscimo de valor da energia vendida.

No entanto, tal foi insuficiente para manter um Resultado da mesma natureza do dos anos transactos, por força do aumento substancial do custo da energia comprada (mais 22.206 contos, ou seja mais 21 % que em 1974) e do acréscimo importante havido nos Encargos com o Pessoal (12.548 contos, ou seja mais 38 %), bem como do aumento (mais 3.225 contos, ou seja mais 56 %) dos juros motivados pelo indispensável incremento da utilização do crédito, principalmente a curto prazo, dadas as dificuldades de cobrança.

Em consequência, os Resultados Gerais da exploração assinalam um prejuízo de 2.532 contos (contra um lucro de 7.671 contos no ano transacto e 13.351 contos em 1973), conduzindo a um resultado final

negativo para *BALANÇO* de 1.262 contos que, tendo em conta o saldo do ano precedente, perfaz os 187 contos que figuram na Situação Líquida Passiva do Balanço.

### Considerações Finais

O presente Relatório será certamente o último que a CEAL publica enquanto Empresa com personalidade jurídica independente.

No corrente ano ela deverá ver-se *de jure* fusionada com as demais entidades nacionalizadas do sector, em nova Empresa Pública. A missão que lhe coube, dentro dos condicionalismos próprios da estrutura sócio-económica em que viveu, permitiu criar nas zonas de concessão uma infraestrutura já importante mas que terá de ser ampliada de par e passo com o esperado desenvolvimento do País, nomeadamente em zona onde irão enraizar-se os importantes empreendimentos da Irrigação do Alentejo e do Complexo Industrial de Sines.

Nenhuma modificação estrutural pode ser resolvida sem uma modificação, maior ou menor, na atitude e no comportamento dos indivíduos envolvidos. Estamos convictos que aqueles que trabalham na CEAL estão bem conscientes do esforço que se lhes pede para o êxito dessa reestruturação.

O modelo de Empresa Pública que se pretende criar não deve querer dizer apenas um tipo de pacto social que o Governo controla e em que os capitais da Nação participam; outrossim deve traduzir uma consciencialização, por todos os que nela trabalham, que as decisões de investimento, os métodos de gestão ou a evolução das remunerações devem ser analisadas e metrificadas por um critério de rentabilidade que não pode ser egoistamente empresarial mas que tem de ter em conta a missão de serviço público no espaço social em que se insere.

Resta-nos agradecer a solidariedade que de todos recebemos no cumprimento da delicada tarefa em que fomos investidos.

Lisboa, 20 de Abril de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CEAL,

aa) *Armando Fernandes Bernardo*  
*Francisco Pessoa de Sousa Dias*  
*João Francisco Lemos Didier*  
*Ricardo José Minotti da Cruz Filipe*

**BALANÇO**  
**E**  
**RESULTADOS GERAIS**



# Alentejo e Algarve—CEAL

Dezembro de 1975

<b>PASSIVO</b>			
<b>Exigível</b>			
<b>Imediatamente e a Curto Prazo</b>			
Contas Transitórias (Saldo Credores)	720.467\$86		
Credores por Resgate de Obrigações	966.000\$00		
Devedores e Credores Diversos (Saldo Credores)	10.895.771\$72		
Dividendos a Liquidar	7.904.741\$40		
Fornecedores de Energia	20.679.126\$20		
Fornecedores Diversos	8.405.705\$52		
Juros de Obrigações e Empréstimos Vencidos	791.758\$11		
Letras a Pagar	51.103.815\$40	101.467.386\$21	
<b>A Médio e a Longo Prazo</b>			
Banco de Fomento — c/Empréstimos	13.565.474\$00		
Caixa Geral de Depósitos — c/Empr.	22.000.563\$90		
Obrigações	14.361.000\$00	49.927.037\$90	151.394.424\$11
<b>Condicionado</b>			
Provisões Diversas		2.200.000\$00	
Provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa		700.000\$00	
Provisão para Impostos a Liquidar		11.113.751\$79	
Provisão para Obsolência de Material em Armazém		1.500.000\$00	15.513.751\$79
<b>De Compensação</b>			
<b>Reintegrações Gerais</b>			
Apar., Ferram. e Utens. Industriais	1.466.247\$12		
Edifícios e Terrenos	13.715\$70		
Grande Distribuição	117.502.863\$38		
Laboratório	632.230\$99		
Material em Instalações Alheias	8.631.167\$07		
Móveis, Utensílios e Livros	3.043.003\$58		
Pequena Distribuição	30.776.116\$04		
Tele-Serviços	2.595.776\$70		
Veículos	2.091.551\$64	166.752.672\$22	
Comparticipações		71.970.555\$30	
Quotas de Reversão		12.284.469\$54	251.007.697\$06
<b>De Ordem</b>			
Credores por Cauções da Administração		200.000\$00	
Cauções Próprias		124.500\$00	
Garantias Bancárias Prestadas		5.887.012\$70	
Credores por Garantias Bancárias		7.462.289\$70	
Credores por Valores em Depósito		2.130.605\$70	15.804.408\$10
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>433.720.281\$06</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA</b>			
Capital		70.000.000\$00	
Reserva Legal		5.422.942\$10	
Reserva Livre		26.711.877\$48	102.134.819\$58
			<b>535.855.100\$64</b>

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

aa) *Armando Fernandes Bernardo*  
*Francisco Pessoa de Sousa Dias*  
*João Francisco Lemos Didier*  
*Ricardo José Minotti da Cruz Filipe*

**Companhia Eléctrica do**  
Gerência referente  
EXPLO

**Alentejo e Algarve—CEAL**  
ao ano de 1975  
RAÇÃO

DÉBITO		
Energia . . . . .		126.686.686\$30
Despesas de Conservação e Reparação		
Remunerações e outros encargos com o Pessoal . . . . .		6.168.671\$83
Outros encargos . . . . .		882.506\$32
Encargos Gerais de Exploração		
Remunerações e outros encargos com o Pessoal . . . . .		21.752.095\$19
Outros encargos . . . . .		3.189.030\$55
Reintegrações Gerais . . . . .		14.897.463\$32
Quotas de Reversão . . . . .		1.615.189\$90
Taxas, Contribuições e Impostos . . . . .		3.834.685\$80
Encargos Comerciais e Administrativos		
Remunerações e outros encargos com os Conselhos de Administração e Fiscal . . . . .	134.384\$77	
Remunerações e outros encargos com a Comissão Administrativa . . . . .	1.164.497\$86	
Remunerações e outros encargos com o Pessoal . . . . .	16.110.182\$23	
Reintegrações . . . . .	307.373\$06	
Taxas, Contribuições e Impostos . . . . .	260.162\$10	
Outros encargos . . . . .	2.017.729\$31	19.994.329\$33
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros devidos . . . . .		5.703.750\$76
		<u>204.724.409\$30</u>

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

CRÉDITO		
Energia . . . . .		197.946.160\$40
Mínimos Contratuais . . . . .		49.926\$80
Aluguer de Material . . . . .		2.566.234\$00
Taxas de Ligação . . . . .		69.605\$10
Rendimentos Diversos . . . . .		59.170\$67
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros cobrados . . . . .	1.335.896\$44	
Descontos tomados . . . . .	165.110\$80	1.501.007\$24
PARA RESULTADOS GERAIS . . . . .		2.532.305\$09
		<u>204.724.409\$30</u>

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA  
aa) *Armando Fernandes Bernardo*  
*Francisco Pessoa de Sousa Dias*  
*João Francisco Lemos Didier*  
*Ricardo José Minotti da Cruz Filipe*



# Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL

GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 1975

RESULTADOS GERAIS

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

DÉBITO		CRÉDITO		
Exploração . . . . .	2.532.305\$09	Rendimentos e Regularizações Di- versos		
Encargos e Regularizações Diversos . . . . .	204.712\$85	Assistência Técnica Prestada . . . . .	276.000\$00	
		Mais Valias . . . . .	42.872\$32	
		Outros . . . . .	1.155.992\$92	1.474.865\$24
		PARA BALANÇO . . . . .		1.262.152\$70
	<u>2.737.017\$94</u>			<u>2.737.017\$94</u>

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

aa) *Armando Fernandes Bernardo*  
*Francisco Pessoa de Sousa Dias*  
*João Francisco Lemos Didier*  
*Ricardo José Minotti da Cruz Filipe*

**Companhia Eléctrica do**  
**INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E**  
**Em 31 de Dez**

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor Nominal
Participações financeiras		
Quotas		
Empresa Editorial Electrotécnica - EDEL, Lda. . . .	1	
Acções		
Aliança Eléctrica do Sul . . . . .	620.387	10\$00
Companhia Portuguesa de Electricidade - CPE — Port.	100	1.000\$00
Companhia Portuguesa de Electricidade - CPE — Nom.	286	1.000\$00

a) — A diferença entre os dois valores corresponde a amortização em 1965

b) — Última cotação conhecida

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

**Alentejo e Algarve—CEAL**  
**OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIARIOS**  
**embro de 1975**

Preço Médio de Compra	Cotação em Bolsa b)	Valor de Balanço		Valor de Aquisição	Diferenças	
		Unitário	Total		Flutuação	Levadas a Resultados
			1.600\$00	1.600\$00		
32\$839	143\$00	29\$563	18.340.499\$23	20.372.857\$83		
1.045\$00	1.220\$00	1.045\$00	104.500\$00	104.500\$00		
1.017\$28	1.300\$00	1.017\$28	290.942\$80	290.942\$80		
			18.737.542\$03	20.769.900\$63	—\$—	—\$—
			a)	a)		

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

aa) *Armando Fernandes Bernardo*  
*Francisco Pessoa de Sousa Dias*  
*João Francisco Lemos Didier*  
*Ricardo José Minotti da Cruz Filipe*

Composto e impresso na  
SCARPA, LIMITADA  
Rua das Flores, 43-Lisboa



